

ATA DA 078ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2020
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Carlos Humberto - Cesar Valduga - Coronel Mocellin - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia
Deputado Mauro de Nadal

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) - Afirma que está convencido que o Presidente Bolsonaro sempre teve razão no que diz respeito às questões de cuidados com a pandemia, com a doença. Ele falou, no início, sobre os cuidados necessários, fazendo um isolamento vertical, mas jamais deixar de trabalhar, e que isso tem se mostrado cada vez mais real de acordo com os números e os acontecimentos.

Reporta-se à OMS, que vem se contradizendo desde o início, em suas recomendações, como

aconteceu, novamente, nesta semana. Apresenta imagem da reportagem de David Nabarro, emissor da OMS, declarando que nunca advogaram pelo *lockdown*, voltando atrás naquilo que falavam, pois eles o defendiam como uma das medidas. Nesta entrevista ele também listou diversos problemas econômicos que o *lockdown* poderia estar causando, além de apelar a todos os líderes mundiais que parem de usá-lo como método de controle primário, ressaltando que o *lockdown* tem apenas uma consequência, a de tornar as pessoas pobres muito mais pobres. Reafirmando, cita a fala em questão: "Parem de usar o *lockdown* como método de controle primário e desenvolvam sistemas melhores para fazê-lo."

Relata que, em Santa Catarina, acontecem muitos reflexos de várias incoerências, sendo o mais evidente a questão dos eventos. Diz que o Governo está causando diversas contradições nessas liberações, e exibe imagens no telão do Plenário, citando que, no dia 18 de setembro, o Governador editou uma portaria dizendo que eventos sociais, em certas situações, como mostra o quadro de cores, no laranja e amarelo podem acontecer, mas os eventos pagos somente no azul. Indaga qual é a diferença na prática?

Mostra imagens de praias lotadas, ao mencionar a Praia do Rosa, que no mapa da pandemia aparece na cor laranja e, portanto, não estaria liberada. Sua análise é por que eventos pagos não podem acontecer, mas na praia, um ao lado do outro, conversando, sem máscara, pode. Também mostra imagens de festas nas ruas, de graça, com carros, questionando, pois se o evento fosse pago, não poderia não poderia acontecer. Cita uma balada que virou restaurante para poder abrir, e isso pode. Ressalta que, em todos os eventos mostrados, a tarja da região é laranja, e assim que não poderiam abrir. Entretanto, considera bom que estejam abrindo, alguns até tentando burlar os decretos, e enfatiza que eles precisam trabalhar.

Destaca, exibindo no telão, Portaria que foi feita no dia 18, e diz que 25 dias antes, do dia 24 de agosto ao dia 17 de setembro, havia 69 mil

casos novos da Covid-19, e 543 novas mortes. A partir do dia 18, então, foram liberados alguns eventos não pagos, e nesse período de 25 dias, 23 mil novos casos e 291 mortes, menos que antes. Assim, entende que, quanto mais ocorre a flexibilização, há menos contaminação e mortes pela doença.

Mostra imagem da tabela de cores, que define os riscos nas regiões, exemplificando que se estiver amarelo as escolas e eventos não pagos podem voltar, mas os eventos pagos estão apontados na cor azul, e diz que não entende qual é a diferença entre as situações. Também, ao verificar a tabela, percebe que não é possível realizar eventos pagos e se pergunta até quando, pois considera injusto com as pessoas que trabalham no setor e estão passando por muitas dificuldades.

Registra que pediu uma audiência para tentar entender, considerando tais determinações incoerentes, pois os números mostram que está melhorando a situação, independente da flexibilização, e acrescenta que está insuportável o uso máscaras.

Finaliza, apresentando o vídeo sobre os testes realizados em moradores de rua, os quais não usam máscaras, não têm distanciamento, não têm higiene, e nenhum deles testou positivo. Questiona se a *hashtag* '*fique em casa*' valeu a pena, e enfatiza que agora *hashtag* é '*vá para rua*', bem como a *hashtag* '*impeachment já*'. [Taquígrafa: Eliana]

Deputado Sargento Lima - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente)- Concede a palavra ao Deputado Sargento Lima.

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Parabeniza o Deputado Jessé Lopes por abordar o tema e faz comentários a respeito do primeiro *lockdown* da história, que foi na província de Wuhan, na China, o qual tinha por objetivo evitar o levante popular de manifestação contra o fechamento dos mercados naquela cidade por determinação do partido comunista chinês. E, a partir dali, a Organização

Mundial de Saúde desenvolveu essa teoria de que o isolamento impedia a proliferação da doença.

Discorre sobre as leis que regiam a província de Wuhan, afirmando que elas não servem para todo mundo, pois lá as pessoas tinham medo de morrer, não da Covid-19, mas da polícia. Também, menciona que seis mil cientistas declararam que o isolamento vertical era a saída para o momento atual. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO CARLOS HUMBERTO (Orador) - Menciona que fez uma indicação ao Secretário de Estado da Saúde e ao Governador sobre a Portaria n. 710, de 18 de setembro, e solicitou que fizessem uma alteração do art. 2º, nos parágrafos que tratam da questão dos eventos e das aulas.

Diz que fica atento quando o Executivo de Santa Catarina se manifesta acerca do coronavírus e, na data de ontem, foram informados 228 mil casos confirmados, 217 mil curados e, infelizmente, 2.918 mortes. Fala da relevância do trabalho feito, pois se comparado a outros Estados, Santa Catarina está melhor, mas isso não quer dizer que é perfeito e não haja algumas correções a fazer, e no seu modo de ver, a maior delas está relacionada à questão do ensino infantil.

Relata que o ensino infantil é de atribuição dos municípios e, nas maiores regiões do Estado, já existiam filas de espera por uma vaga nos centros de educação infantil público. Diz que o ensino infantil na rede particular, nas grandes cidades catarinenses, atende 70 mil crianças, as quais não terão, no próximo ano, atendimento na rede pública, pois o mesmo não tem estrutura física e nem recursos.

Menciona que o ensino infantil particular é facultativo, não tem grade curricular, vai quem quer, e pode muito bem estar acontecendo, em qualquer região, independente do grau de epidemia, até porque os graus definidos por essas cores são discutíveis. Destaca que tal situação acontece com os eventos, questionando os restaurantes cheios, dentro das normas, e se pergunta por que

não é possível fazer uma festa de casamento. Exemplifica o Parlamento, os Deputados presentes, e questiona por que não pode haver uma palestra, indagando qual é a diferença. Entende que basta criar um regramento, independente de cor. Alerta que são 900 mil catarinenses que vivem do setor de eventos e estão com muitas dificuldades, já aconteceram três mil demissões no ensino infantil, e pergunta até quando se fingirá que esses catarinenses não existem.

Concorda que foi feito um bom trabalho na pandemia, mas reconhece que existem pontos a resolver, e enfatiza que são catarinenses que precisam ser escutados que estão, todos os dias, nos gabinetes dos Deputados, pedindo para trabalhar, o que é um direito fundamental dos cidadãos.

Registra que ainda não obteve resposta da sua indicação, mas se solidariza com os Deputados que o antecederam, e, acima de tudo, com esses catarinenses que querem, precisam trabalhar, e que, infelizmente, não têm voz e vez dentro do Governo do Estado. *[Taquígrafa: Eliana]*

Partidos Políticos

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) - Novamente faz a defesa intransigente da aplicação de no mínimo 15% do orçamento estadual na Saúde. Menciona que na Lei Orçamentária de 2021, o governo anunciou que vai destinar R\$ 3,3 bilhões, o que corresponde a 14% das receitas provenientes de impostos e das transferências da União para o setor. No entanto, afirma que se investido 15%, seriam R\$ 224,96 milhões a mais. Explica que, mais do que nunca, se precisará de recursos para que o Estado enfrente o contexto da pandemia e do pós-pandemia, alertando, também, sobre a demanda reprimida por uma saúde em 2020, decorrente do adiamento de tratamentos, cirurgias eletivas e exames de maior complexidade.

Demonstra preocupação com as cenas de aglomeração de pessoas no feriadão, comentando que o patamar de óbitos e o número de casos da Covid-19 aumentaram muito em uma semana, e que isso pode agravar a classificação da doença em várias regiões de Santa Catarina. Sugere o uso de mais campanhas de conscientização para que a população catarinense possa entender a gravidade da doença, pois o gesto de muitos, desrespeitando normas sanitárias e decretos, pode comprometer, inclusive, a volta as aulas presenciais.

Finaliza, lembrando a passagem do Dia do Professor, lamentando os cortes promovidos pelo Poder Executivo no Orçamento para área da Educação em 2021. Ressalta que o Professor é um verdadeiro herói, se manteve firme durante a crise da pandemia, foram guerreiros, principalmente no propósito de ensinar de forma remota para evitar a perda do ano letivo. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão até o horário reservado à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único da Admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição n. 0004/2020, de autoria do Deputado Coronel Mocellin e outro(s), que acrescenta o § 12 e altera o inciso II do § 11 do artigo 31 da Constituição Estadual, de 1989, renumerando os demais, para adequar à Emenda Constitucional 103, de 2019 e a Lei Federal nº 13.954, de 2019, e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. Deputados:

DEPUTADO CORONEL MOCELLIN - Diz que a PEC visa adequar a Lei Federal nº 13.954, de 2019, para a Constituição Estadual, pois a citada lei prevê um novo sistema de proteção social dos policiais militares estaduais, e para poder entrar com o projeto de lei e fazer o referido novo sistema, é necessário alterar o artigo da Constituição.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Continua em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Aprovada por maioria com o voto contrário do Deputado Bruno Souza.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0229/2020, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito, que condiciona a emissão de ordem de serviço em obras públicas e serviços de engenharia à conclusão da fase executória de desapropriações.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. Deputados:

DEPUTADO BRUNO SOUZA - Demonstra felicidade pela chegada do projeto à votação. Cita que a matéria é fruto da CPI da Ponte Hercílio Luz, onde foi constatado imenso atraso nas obras da referida ponte por conta de problemas como desapropriação e outros, que no caso da referida ponte os atrasos em desapropriações custaram R\$ 20 milhões aos cofres para o Estado com a paralisação, sendo que a desapropriação não custou um vigésimo disso.

DEPUTADO JAIR MIOTTO - Corrobora a fala do Deputado Bruno Souza, e menciona projeto de sua autoria que proíbe a inauguração de obras inacabadas. Entende que o setor público não pode criar falsas expectativas, e que se façam as devidas desapropriações.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Cita que o projeto, fruto da CPI da Ponte Hercílio Luz, ajuda no sentido de fazer as devidas desapropriações. Menciona que foi vítima disso quando da

desapropriação do acesso ao novo aeroporto. E afirma que o projeto dará garantia para que se tenha o início e o término da obra no prazo contratual.

DEPUTADO SARGENTO LIMA - Segue na mesma esteira do Deputado Valdir Cobalchini, e cita que durante a CPI observaram vários erros que não precisam mais ser cometidos.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Cumprimenta o Deputado Bruno Souza pelo projeto, e fala que ainda existem obras feitas em que as desapropriações não aconteceram. Por isso, gostaria que, antes da execução da obra, se efetuasse o pagamento da desapropriação.

DEPUTADA PAULINHA - Comenta que ainda se tem problemas endêmicos de grandes obras no Estado quanto ao pagamento de desapropriações.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Parabeniza o resultado da CPI da Ponte Hercílio Luz, e fala que o referido projeto de lei vai possibilitar acabar com alguns gestores que depois aparecem e descerram a placa, dizendo que a obra foi do governo dele. Cita o fato da ponte, que foi bandeira do ex-governador Luiz Henrique; depois herdada por Raimundo Colombo, e mais o Eduardo Pinho Moreira, sendo que todos eles fizeram a sua parte para a ponte voltar a acontecer, e chegou um desconhecido chamado Carlos Moisés da Silva para fazer a inauguração e não convidar os antecessores.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Manifesta-se favorável ao projeto, e fala que o zelo com o dinheiro público é o melhor para a sociedade.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Parabeniza o Deputado Bruno Souza e os integrantes da CPI, e segue na mesma linha dos Deputados que a antecederam.

DEPUTADO MARCIUS MACHADO - Diz que é um projeto importante. Ressalva que quando vem uma obra do governo do Estado para melhorar uma região, ocorre valorização do metro quadrado e, portanto, o proprietário quer a desapropriação com o valor agregado.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0244/2020, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que dispõe sobre a cessão parcial de uso do imóvel que especifica e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Deputado Bruno Souza - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Bruno Souza.

DEPUTADO BRUNO SOUZA - Convida os srs. Deputados para permanecerem no Plenário, pois abordará um tema sobre a família, no horário destinado à Explicação Pessoal.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Registrado o convite, dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

Pedido de Informação n. 0665/2020, de autoria do Deputado Marcius Machado, solicitando ao Secretário de Estado da Administração, informações acerca da compra de instrumentos musicais para a rede estadual de ensino.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Marcius Machado.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Deputada Paulinha - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Concede a palavra à Deputada Paulinha.

DEPUTADA PAULINHA - Comenta sobre a provável convocação para votação do *impeachment* na quinta-feira, às 15h, e sugeriu que se avaliasse a possibilidade de votação para terça-feira próxima, não havendo no pedido qualquer interesse, é apenas em função de que alguns Colegas, no período da tarde, estão longe do Parlamento, pois já têm agendamentos para o início da tarde.

DEPUTADO MAURO E NADAL (Presidente) - Dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

Pedido de Informação n. 0666/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca da elaboração de projeto de lei visando instituir o trabalho remoto (Processo SEA 6341/2020).

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0667/2020, de autoria do Deputado Nazareno Martins, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca da convocação dos candidatos aprovados no Concurso Público, de Edital nº 001/2018.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0668/2020, de autoria do Deputado Jair Miotto, solicitando ao Presidente do Instituto de Meio Ambiente, informações acerca dos mais de dois mil processos pendentes no IMA.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0669/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes, solicitando ao Secretário

de Estado da Infraestrutura, informações acerca da sinalização e iluminação do Acesso Norte da Via Rápida, em Criciúma.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0670/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes, solicitando ao Secretário de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa, informações acerca da contratação de novos agentes penitenciários.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0671/2020, de autoria do Deputado Jair Miotto, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, informações acerca do imóvel do Instituto de Petróleo, Gás e Energia que se localiza na área do Sapiens Parque.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0474/2020, de autoria do Deputado Felipe Estevão, manifestando aplauso ao Soldado da Polícia Militar, Luis Phelippe da Silva, pelo ato de bravura exemplar e cumprimento do dever ao proceder ao salvamento de duas pessoas, uma idosa e outra com deficiência, em incêndio ocorrido em São José.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0475/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes, manifestando aplauso ao Soldado Bombeiro Militar Jonas dos Santos Pereira, que impediu a fuga de um presidiário em Araranguá.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0476/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes, manifestando aplausos à Polícia Civil, de Içara, que apreendeu mais de três toneladas de maconha em um sítio no Bairro Primeira Linha, em Criciúma.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0477/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes, manifestando repúdio à decisão monocrática exarada pelo Ministro do STF, Marco Aurélio, que libertou o traficante André Oliveira Macedo, um dos líderes do PCC.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0478/2020, de autoria do Deputado Sargento Lima, manifestando aplauso ao Soldado Policial Militar Eduardo Tietjen Baggio e Soldado Policial Militar Bruno Indalêncio Gaviolli, pelo ato de bravura que tiveram ao salvar uma mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0479/2020, de autoria da Comissão de Agricultura e Política Rural, manifestando apelo ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Relator da medida cautelar na ADI, para que promova voto pela declaração da nulidade parcial, sem a redução do texto, de modo a excluir do ordenamento jurídico interpretação que impeça a aplicação do regime ambiental de áreas consolidadas às áreas de preservação permanente inseridas no bioma da Mata Atlântica.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada com o voto contrário da Deputada Luciane Carminatti.

Requerimento n. 1403/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes, solicitando ao Prefeito de Criciúma, informações cerca do Decreto Municipal que restringe o comércio de bebidas alcoólicas no interior e nas imediações de lojas de conveniências.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos: 1404/2020, de autoria do Deputado Jair Miotto; 1405/2020, de autoria do Deputado Carlos Humberto; 1406/2020 e 1407/2020, de autoria do Deputado Laércio Schuster; e 1408/2020, 1409/2020, 1410/2020, 1411/2020, 1412/2020 e 1413/2020, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini; e 1414/2020, de autoria da Deputada Luciane Carminatti.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 1957/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 1969/2020, 1972/2020, 1987/2020 e 1988/2020, de autoria do Deputado Sergio Motta; 1970/2020, de

autoria do Deputado Altair Silva; 1971/2020 e 1991/2020, de autoria do Deputado Marcius Machado; 1973/2020, 1974/2020 e 1975/2020, de autoria do Deputado João Amin; 1976/2020, 1977/2020, 1978/2020, 1979/2020, 1980/2020, 1981/2020 e 1982/2020, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 1983/2020, 1984/2020 e 1985/2020, de autoria do Deputado Bruno Souza; 1986/2020, de autoria do Deputado Nazareno Martins; 1989/2020, de autoria do Deputado Volnei Weber; e 1990/2020, de autoria do Deputado Fabiano da Luz.

Finda a pauta da Ordem do Dia. [Transcrição: Taquígrafa Sílvia]

Explicação Pessoal

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Solicita a construção de uma adutora para abastecimento de água nos Municípios de Chapecó, Xanxerê, Xaxim e que também vai atender, por gravidade, o município de Coronel Freitas.

Informa que está encaminhando moção, apelando ao Ministro do Desenvolvimento Regional, aos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado e ao Fórum Parlamentar Catarinense, para que sejam liberados recursos financeiros do Orçamento Geral da União à Casan, a fim de viabilizar o Projeto do Sistema Integrado de Abastecimento do Rio Chapecozinho. Comenta que, há anos, os Deputados do oeste catarinense têm trabalhado muito para que o descontingenciamento venha a acontecer. Lamenta a situação, pois é de muitos anos, já, essa busca de melhorias para sanar definitivamente os problemas de falta de água na região, e discorre sobre projetos e ações que estão sendo implementadas neste sentido.

Finaliza, salientando a importância da captação da água para aquela população, demonstrando preocupação com a época da estiagem, quando a comunidade sofre com a seca. Também ressalta que o Município de Chapecó e outros possuem muitas agroindústrias que geram milhares de empregos, e a falta de água compromete o

*desenvolvimento econômico e social de toda região.
[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Discorre sobre Decreto Municipal n. 20.522/2019, que apresenta o Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT, em Florianópolis.

Diz que o Estado deve funcionar como um mero prestador de serviços, e salienta que todas às vezes que atuou no campo moral acabou gerando menos liberdade e mais autoritarismo. Questiona critérios adotados no Plano, como a autoidentificação de gênero em qualquer idade, direito de usar o banheiro conforme a identidade de gênero, seleção de professores conforme entendimento de gênero e sexualidade, arranjos familiares LGBT e diversidade sexual na escola. Pensa que o Estado não pode priorizar um grupo em detrimento de outro e alega que os direitos dos cristãos e evangélicos também devem ser respeitados.

Conclui, afirmando que irá defender, até o último esforço, o direito das famílias de terem liberdade de consciência, bem como lutará contra todos aqueles que ousarem impor seus valores na família de outro. *[Taquiografia: Roberto]*

DEPUTADO JAIR MIOTTO (Orador) - Corroborar o pronunciamento do Deputado Bruno Souza. Diz que há uma grande diferença entre apologia e respeito. E demonstra preocupação com o conteúdo que está sendo passado para as crianças. *[Taquiografia: Roberto]*

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Solidariza-se e manifesta apoio ao tema trazido pelo Deputado Bruno Souza. Considera um absurdo esse tipo de conteúdo ser imposto às crianças no início da sua idade escolar, desrespeitando as famílias.

Conta que participou de reunião com promotores de eventos do extremo oeste catarinense e lamenta que essa tenha sido a categoria mais prejudicada

pelas ações do Governo durante a pandemia. Afirma que o Estado tem sido omissivo no que tange à liberação dos eventos e espera que o Governo avalie essa situação e revogue o decreto em vigor, o qual considera injustificável.

Conclui, fazendo apelo ao Governador pela volta das atividades do setor de eventos, pensando na economia e nos empregos que o segmento gera. Diz que o Estado precisa deixar o setor trabalhar, sem fazer interferências, para que tudo funcione da melhor maneira. *[Taquiografia: Roberto]*

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (Orador) - Demonstra preocupação com a pauta trazida pelo Deputado Maurício Eskudlark, em pronunciamento anterior, a respeito do setor de eventos, e espera que, até o final do presente ano, seja resolvido qualquer entrave referente a esse setor importante para o Estado.

Menciona que a Secretaria da Agricultura de Santa Catarina evoluiu muito, e os agricultores estão se adaptando às mudanças e à variação ambiental no território estadual. Discorre sobre a complexidade e variedade ambiental no Estado, e para exemplificar relata que, na manhã da presente data, esteve em Praia Grande, região dos Cânions, e apenas a 50 km de distância fica Passo de Torres, região litorânea.

Cita a moção aprovada na presente sessão, apresentada pelos Deputados membros da Comissão de Agricultura, que apela ao Presidente do STF com relação à medida cautelar de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade n.6448, para que promova o voto de declaração de nulidade, pelo menos parcial desta ADIn.

Explica que estão querendo deixar o Código Ambiental Florestal de lado e passar a usar a Lei da Mata Atlântica, a qual irá reduzir em 55% as áreas disponíveis para a agricultura, fazendo com que muitas propriedades se tornem improdutivas, resultando no aumento do preço dos alimentos.

Por isso, a Comissão de Agricultura, atendendo apelo de diversas federações, sindicatos e entidades representativas do setor produtivo e da

agricultura familiar, fez um apelo ao STF para que interceda, mantendo a legislação do Código Ambiental Brasileiro, porque é uma luta árdua para dotar o País de uma lei ambiental que seja aplicada na prática, que não exclua os milhares de agricultores das pequenas áreas e garanta a proteção do meio ambiente, o que é de interesse dos mesmos.

Comenta que, para evitar prejuízos para os agricultores de Santa Catarina, a Comissão de Agricultura da Alesc está solicitando a manutenção do texto original, principalmente dos artigos 61-A e 61-B, da Lei 12.561/12, conhecida como Código Florestal Brasileiro, que definem as áreas consolidadas estabelecidas em 22 de julho de 2008.

Segue na torcida para que o STF anule a citada ADIn, para garantir que a agricultura de Santa Catarina não seja prejudicada. E assegura que os agricultores são os maiores interessados em proteger o meio ambiente, pois dependem do bioma para garantir o cultivo. *[Taquiografia: Northon]*

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Referencia a fala do Deputado Bruno Souza e faz considerações a respeito do novo Plano Estadual de Educação, lembrando que teve a honra de ser o relator e, ao debater com o Governador Raimundo Colombo, foi colocado que não se aceitaria qualquer tipo de incidência deste tema no plano, e frisa que a orientação sexual de uma pessoa deve ser respeitada, mas não consegue aceitar a inclusão da ideologia de gênero no ensino infantil. Discorre que alguns municípios, inclusive Florianópolis e São José, entre outros do Brasil, não tiveram esse cuidado, e aprovaram o que veio do MEC.

Narra, brevemente, como o Doutor John Money, criador da ideologia de gênero, aconselhou um casal canadense, cujo filho teve o órgão sexual mutilado acidentalmente, ainda bebê, sugerindo que a criança fosse tratada como gênero feminino, mas tempos depois a referida criança tentou suicídio. Acrescenta diversas confusões no cotidiano da criança a respeito de sua orientação sexual, e finaliza narrando que foi comprovado

cientificamente que o estudo do citado médico estava equivocado, pois a família toda teve sérios problemas psicológicos, culminando com o suicídio do pai, da mãe e do irmão gêmeo. O menino mutilado, depois pode retornar à condição masculina, mas seu fim também foi trágico.

Afirma que apoiadores da ideologia de gênero são pessoas más, e enfatiza sua defesa pela não interferência da escola na religião e quanto à ideologia de gênero, pois essas questões cabem aos pais. E finaliza, questionando se algum Vereador de Florianópolis vai se manifestar, acabando com essa aberração contra as crianças. *[Taquigrafia: Northon]*

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Comenta sobre os variados temas votados no Parlamento e manifesta satisfação em ouvir o tema debatido pelo Deputado Bruno Souza.

Lamenta a ação dos responsáveis por colocar o tema da ideologia de gênero nas escolas municipais, e diz ter um sentimento de raiva quando se apresentam temas como estes às crianças. Chama de irresponsável quem assim procede, e reforça que esse discurso só cria abismos, dividindo a sociedade em grupos.

Afirma que se chateia porque alguns justificam isso como liberdade, mas são essas mesmas pessoas que determinam o fechamento do comércio, que se fique em casa e que se use uma mordaza, além de outras determinações incoerentes. Ressalta que tal situação não cria só o distanciamento, cria situações de violência, também.

Finalizando, posiciona-se contrário à ideologia de gênero dentro das escolas e comenta sobre os ataques que sofre em suas redes sociais.

Deputado Kennedy Nunes (Aparteante) - Cita uma frase que diz: "Eu me responsabilizo pelo que eu falo e não pelo que você entende". Apoia a fala do Deputado Sargento Lima. *[Taquigrafia: Guilherme]*

Deputado Jessé Lopes - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Jessé Lopes.

DEPUTADO JESSÉ LOPES - Reporta-se ao tema debatido como prioridade na questão moral, e considera uma afronta à família, porque causa diversos problemas e divergências. Entende que os pais mandam o filho à escola para aprender, mas ocorre o contrário, pois a criança volta com a mente subvertida da realidade, e começa a ser contra os pais, a afrontar as ideias dos pais, incentivado por professores que pensam que sabem mais do que os pais.

Também, menciona que durante muitos anos foi instituída a ideia de que política não se discute e, por isso, os que defendem a ideologia de gênero estavam discutindo e impondo o tema, e os contrários sendo considerados homofóbicos. Diz que, agora, se está pagando o preço por não discutir política. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, a Presidência antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores)

[Transcrição e revisão: Taquígrafa Sílvia]